

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 13 a 17 de dezembro, em Brasília.

COVID E ORÇAMENTO DOMINAM A SEMANA.

A possivelmente última semana de atividades do Congresso Nacional tem como foco a votação do orçamento. Para viabilizar a votação da Lei Orçamentária Anual de 2022 ainda nesta semana, o presidente Rodrigo Pacheco (DEM/MG), tenta liberar a pauta de vetos presidenciais, contudo, ainda depende de acordo entre os líderes partidário em razão da presença de vetos polêmicos em discussão.

Por sua vez, o Palácio do Planalto trabalha para aprovação de projetos de sua pauta prioritária. Nesse contexto, espera-se o Senado avance na aprovação novo marco da regularização fundiária e das indicações de autoridades (embaixadores, conselheiros e diretores de agências), enquanto que a Câmara deve correr para aprovar o Marco Legal das Ferrovias e o novo Refis, além de votar a segunda parte da PEC dos Precatórios.

Já a pauta da covid segue em alta apesar da redução dos casos e mortes no país. O assunto

é, novamente, ponto de polêmica entre o STF e o Palácio do Planalto em função da decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso sobre a obrigatoriedade de comprovante de vacinação para viajantes que chegam ao país, contrariando a decisão do Governo Federal sobre o assunto. O plenário do Supremo deve votar a questão ainda nesta semana.

O acirramento da relação entre o Presidente da República e a Suprema Corte também pode ter novos episódios nesta semana. As atenções se voltam para as incertezas quanto à postura do presidente Jair Bolsonaro na posse do novo ministro da Corte, André Mendonça. O ato solene está marcado para ocorrer nesta quinta (16) e, em geral, ocorre com a presença de Presidente da República e de todos os ministros STF. Contudo, devido às últimas manifestações mais contundentes de Bolsonaro contra a Corte, não se sabe se ele participará do evento presencialmente ou virtualmente, ou ainda qual será sua postura e discursos no evento.

Destaque da Semana

Ao longo da Semana

Quinta-feira

- A [Câmara dos Deputados](#) pode votar o [PL 4728/2020](#), que dispõe sobre o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert); e o regime de emergência ao [PL 4199/2020](#), que institui o BR do Mar;
- O [Senado Federal](#) poderá votar, entre outros projetos, o [PL 4199/2020](#), que trata sobre o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) e o PL 4513/2020
- Posse de [André Mendonça](#) no Superior Tribunal Federal (STF)

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente - Jair Bolsonaro reuniu-se, nesta segunda (13), com o subchefe para assuntos jurídicos Pedro Cesar Sousa (Secretaria-Geral da PR). Além disso, participou da cerimônia de comemoração do dia do forró e aniversário do Luiz Gonzaga, no Palácio do Planalto. O presidente participou

ainda de cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Ponte Carmelo Peralta-Porto Murtinho, na rota bioceânica Brasil-Paraguai.

Na quarta (15), o presidente Bolsonaro deve participar do evento Moderniza Brasil – Ambiente de Negócios, na Fiesp, em São Paulo.

Na quinta (16), o presidente comparece à posse do novo ministro do STF, André Mendonça.

MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda do ministro - Marcos Pontes participou, nesta segunda (13), do evento de lançamento da chamada pública de desenvolvimento de parques tecnológicos, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro - Paulo Guedes participou, nesta segunda (13), de reuniões com os secretários Esteves Colnago (Tesouro e Orçamento) e Martha Seillier (Programa de Parcerias de Investimentos). Além disso, reuniu-se com o ministro Anderson Torres (Justiça e Segurança).

Balança Comercial - Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2021 recuou de US\$ 60,3 bilhões para US\$ 59,9 de resultado positivo.

Boletim Focus - Para o IPCA, a inflação oficial do país, a expectativa do mercado para o ano de 2021 recuou de 10,18% para 10,05%. No caso do PIB 2021, os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de 4,71% para 4,65%. O mercado financeiro elevou 11,25% para 11,50% ao ano ao ano a previsão para a Selic no fim de 2022. A projeção para a taxa de câmbio do dólar no fim de 2021 subiu de R\$ 5,56 para R\$ 5,59.

BNDDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

Agenda do presidente - Gustavo Montezano participou, nesta segunda (13), da sessão pública do leilão de concessão dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário dos Blocos B (Agreste Sertão) e C (Zona da Mata Litoral) do Estado de Alagoas, em São Paulo.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do Ministro - Milton Ribeiro participou, nesta segunda (13), de reuniões com o conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e escola de comando e estado-maior do exército. Além disso, participou da cerimônia alusiva ao dia do marinheiro, no grupamento de fuzileiros navais de Brasília. Ademais, participou da reunião com a presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), Elizabeth Guedes, sobre as conclusões do ano de 2021.

MCOM

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro - Fábio Faria participou, nesta segunda (13), da cerimônia de comemoração do dia do forró e aniversário do Luiz Gonzaga, no Palácio do Planalto. Ademais, reuniu-se com o deputado Hugo Leal (PSD/RJ).

MMA

Ministério do Meio Ambiente

Agenda do Ministro - Joaquim Leite reuniu-se, nesta segunda (06), com o presidente Jair Bolsonaro.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

O Plenário da **Câmara dos Deputados** poderá votar, entre outros, a [MPV 1064/2021](#) institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências.

Senado Federal

O Plenário do **Senado Federal** poderá votar, entre outros projetos, o [PL 4199/2020](#), que trata sobre o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem (BR do Mar) e o PL 4513/2020, que Institui a Política Nacional de Educação Digital.

Comissões

TECNOLOGIA

Câmara | CCTCI | Quinta (16) | 14h30

Alterações no Marco Civil da Internet

Audiência Pública – A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realiza audiência pública para debater Alterações no Marco Civil da Internet (PL 1354/21). Entre os convidados está a gerente de Políticas Públicas da Meta (antigo Facebook) no Brasil, **Monica Steffen Guise**; o diretor de Relações Governamentais do Google no Brasil, **Marcelo Lacerda**; o diretor executivo da Associação Latino-americana de Internet, **Raúl Echeberría**; e o coordenador do Comitê Jurídico da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), **Igor Luna**.

Senado | CCT | Quarta (15) | 11h00

Vazamento de Dados Pessoais

Audiência Pública – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática debate em audiência pública o vazamento de dados pessoais de mais de 220 milhões de brasileiros. Foram convidados, entre outros, o gerente de Projetos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), **Jeferson Dias Barbosa**; o procurador da República em Minas Gerais, **Carlos Bruno Ferreira da Silva**; e a presidente da Comissão Especial de Privacidade e Proteção de Dados da seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), **Patrícia Peck Pinheiro**.

Câmara | CEDES | Terça (14) | 09h00

Inserção Digital

Audiência Pública – O Centro de Estudos e Debates Estratégicos promove audiência pública com o tema “*Inserção digital e conectividade*”. O evento terá dentre seus participantes presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, **Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari**; presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), **André Felipe Rodrigues**; e diretora de políticas de conectividade do Facebook no Brasil, **Ana Luiza Valadares**.

Câmara | CCTCI | Terça (14) | 10h00

5G **Audiência Pública** – A Subcomissão Especial Tecnologia 5G no Brasil promove audiência pública com o tema “*Implantação do 5G: internet nas escolas e homologação de equipamentos*”. O evento contará com a participação de representantes do **MEC**, **MCom** e **Conect Brasil Digital**.

EDUCAÇÃO

Senado | CECTCOVID | Segunda (13) | 10h00

Impacto da Pandemia na Educação Básica

Audiência Pública – A Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia promoveu audiência pública avaliar os impactos da pandemia na educação básica, discutir o planejamento e as ações quanto ao retorno das aulas presenciais na educação básica e debater uma agenda estratégica educacional para os próximos anos, com vistas a recuperar as perdas acontecidas durante a pandemia e avançar na garantia do direito à educação no Brasil. Participaram do debate, dentre outros,, a presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), **Nalú Farenzena**; e o diretor adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea), **Herton Ellery Araújo**.

Câmara | CE | Quinta (16) | 14h00

Ensino Médio Remoto

Audiência Pública – A Comissão de Educação debate em audiência pública sobre os Impactos da pandemia no Ensino Médio brasileiro remoto. Foram convidados, entre outros, o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), **Vitor de Angelo**; a coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, **Andressa Pellanda**; e a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), **Cleo Manhas**.

Política

Tarcísio intensifica agenda política em São Paulo de olho em eleição de 2022. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, ainda não assumiu a pré-candidatura ao governo de São Paulo, mas já iniciou agenda política no estado. Tarcísio intensificou as viagens a São Paulo nos últimos meses e passou a conciliar compromissos da pasta com encontros com empresários, representantes do agronegócio, políticos e personalidades paulistas. Levantamento feito pelo GLOBO nas agendas do ministro desde que tomou posse no cargo, em 2019, mostra que os meses em que ele mais esteve em São Paulo. foram agosto e novembro deste ano. Apesar de passar boa parte dos dias em Brasília, desde o início do governo, Tarcísio cumpriu 79 agendas em São Paulo, sendo que 21 delas foram realizadas apenas nos últimos quatro meses. Fonte: O Globo

Federação de esquerda avança no PT depois de reunião da Executiva. A Executiva do PT se reuniu na sexta-feira (10) e avalizou o debate sobre juntar-se a uma federação de partidos de esquerda. Na próxima semana, no dia 16, o Diretório Nacional da sigla deve se reunir e provavelmente autorizará os dirigentes a negociar formalmente a aliança. A agremiação que se desenha uniria pelo menos PT, PSB e PC do B. Federados, os partidos provavelmente conseguirão eleger mais deputados do que elegeriam separadamente. Fonte: Poder 360

Três senadores disputam vaga ao TCU. Em uma das disputas mais acirradas dos últimos anos no Congresso Nacional, três senadores buscam votos dos pares pela indicação, feita pelo Senado, de vaga aberta a ministro no Tribunal de Contas da União (TCU). A votação ocorre na terça-feira. O líder do governo Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Kátia Abreu (PP-TO) e Antonio Anastasia (PSD-MG) - três dos nomes

mais proeminentes da Casa - buscam a indicação, cada um apresentando seu rol de apoiadores: Bezerra detém a maioria no MDB, maior partido do Senado com 15 membros. Mas com uma exceção de peso: Renan Calheiros (MDB-PE), que articula apoios em favor de Kátia Abreu. A antigo detentor da cadeira na Corte de Contas era um indicado de Renan (e do ex-presidente José Sarney): Raimundo Carreiro, nomeado novo embaixador do Brasil em Portugal pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Fonte: Valor Econômico

Congresso quer ampliar emendas e fundo e mira reduções em ministérios. Para elevar a verba do fundo eleitoral e de emendas parlamentares, o Congresso avalia fazer cortes em outras despesas, como no custeio de ministérios. Isso reduz o poder da equipe técnica de cada pasta, pois a escolha de onde aplicar o dinheiro público passa a ter um componente político. Emenda parlamentar é a forma que deputados e senadores conseguem destinar dinheiro do Orçamento federal para obras e projetos em suas bases políticas. Apesar de emendas serem contabilizadas como parte da verba dos ministérios, o destino dos recursos é indicado pelos parlamentares. As promessas na largada da campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) pressionam o Orçamento de 2022, que precisa de um rearranjo para haver espaço para mais emendas (de R\$ 7 bilhões a R\$ 16 bilhões) e o maior fundo eleitoral da história (que pode subir de R\$ 2 bilhões para até R\$ 5,7 bilhões). Fonte: Valor Econômico

Se veto sobre recursos para fundo eleitoral for mantido, teremos que encontrar uma solução no Orçamento, diz Lira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse no domingo (12) que se o veto do presidente Jair Bolsonaro sobre os recursos direcionados para o fundo eleitoral em 2022 for mantido, o Congresso deverá procurar uma solução dentro do Orçamento. — Esse veto está em discussão. Se ele for mantido, nós teremos que encontrar uma solução dentro Orçamento, se ele for derrubado, ele vigorará já para eleição de 2022 não precisando de nenhuma outra situação de colocar no Orçamento — disse em entrevista para a GloboNews. Fonte: O Globo

Lira: ainda não há acordo sobre a duração do subteto para os precatórios. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que os deputados devem votar na semana as inovações propostas pelo Senado ao texto da PEC dos Precatórios, mas ainda não há acordo sobre a redução de prazo de vigência do subteto desses pagamentos. Segundo Lira, há uma resistência nesse ponto alterado pelos senadores. A proposta prevê um limite anual para pagamento dos precatórios equivalente ao valor quitado em 2016, corrigido pela inflação do período. No texto original da Câmara, o prazo de vigência desse subteto ficou estabelecido que seria até 2036. O Senado reduziu esse prazo em dez anos. “Essa mudança é sensível”, afirmou Lira em entrevista à Globonews, domingo (12). Fonte: Agência Câmara

Evento virtual: Abertura da XIX Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O Ministério da Justiça e Segurança Pública transmite na segunda-feira (13), às 9h, a abertura da XIX Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Durante quatro dias serão apresentadas 11 ações executadas no ano de 2021 e discutidas novas propostas de ações para combater crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Fonte: ASCOM MJSP

Reforma Tributária

Guedes diz que aprovar reformas atrairá votos do centro liberal em 2022. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na sexta-feira (10) que insistirá no avanço da reforma administrativa em 2022, mesmo com a corrida eleitoral. Ele disse que a reforma pode atrair votos do centro liberal. “Tem muita gente em volta do presidente dizendo que é ruim, que tira voto. Eu acho que não. Acho que a reforma administrativa dá voto”, disse Guedes, em entrevista à Rede TV. Fonte: Poder 360

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal se reunirá na quarta (15), a partir das 14h. Dentre os itens da pauta está o [Recurso Extraordinário 955.227](#) que discute se as decisões do

STF em controle difuso fazer cessar os efeitos futuros da coisa julgada em matéria tributária. Também está na pauta o julgamento do [RE 949.297](#), que discute os limites da coisa julgada em matéria tributária. Na quinta (16), será a posse do Ministro André Mendonça, que vai ocupar a vaga do Ministro Marco Aurélio, que se aposentou em julho. No dia 20 de dezembro o Tribunal entra em recesso e retorna em fevereiro. Fonte: STF

Encerra na quinta-feira: Período para julgamento, no plenário virtual, para análise da decisão que liberou retomada da execução das emendas de relator. Prazo também para julgamento sobre a constitucionalidade das federações partidárias.

STF julga solução para decisão que reduziu ICMS sobre energia nos Estados. O plenário virtual do STF (Supremo Tribunal Federal) discute nesta semana a solução para uma decisão da própria Corte que reduziu a cobrança de ICMS nos Estados sobre energia e telecomunicações. A proposta de modulação é tornar a medida válida somente a partir de 2024, evitando um rombo imediato nos cofres públicos estaduais. No início deste mês, representantes de 22 Estados e do Distrito Federal se reuniram com os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes para discutir uma solução. Pelos termos do STF, a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) superior a 17% é inconstitucional. Alguns Estados, porém, recolhiam uma alíquota superior, como é o caso de Santa Catarina (25%). Fonte: Poder 360

Rosa Weber dá mais 30 dias para PF concluir inquérito contra Ciro Nogueira. A ministra Rosa Weber, do STF, concedeu prazo de 30 dias para a PF concluir o inquérito contra o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, por suposto recebimento de propinas pagas pelo Grupo J&F em troca do apoio do PP à chapa Dilma Rousseff-Michel Temer, nas eleições de 2014. A decisão de Weber atendeu a um pedido da PF (Polícia Federal) que apontou a necessidade de um depoimento de Ciro Nogueira. A oitiva estava inicialmente marcada para o dia 29 de novembro, mas foi adiada. O inquérito já havia sido prorrogado uma vez em setembro. Fonte: Poder 360

Houve “certa captura excessiva” do orçamento pelo Congresso, diz Barroso. O ministro Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou na sexta (10) que houve “certa captura excessiva” do orçamento público pelo Congresso Nacional. A declaração foi feita dias antes do julgamento que validará a liberação dos repasses das emendas de relator, suspensas pelo tribunal no início de novembro. Barroso falou no seminário “Reformas em debate – Judiciário em Pauta”, promovido pela Confederação Nacional da Indústria e pela Federação Brasileira de Bancos. Fonte: Poder 360

Após STF liberar orçamento secreto, governo distribui em três dias R\$ 760,8 milhões para estados. Cinco dias após a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberar a retomada dos pagamentos do chamado “orçamento secreto”, o governo já distribuiu em três dias R\$ 760,8 milhões para atender indicações de parlamentares. A cifra equivale a valores empenhados entre os dias 7 e 9 de dezembro. Na terça-feira, quando o governo federal voltou a distribuir os recursos, foram empenhados R\$ 9,2 milhões. No dia seguinte, mais R\$ 104,6 milhões. Nesta quinta-feira, foram empenhados mais R\$ 646,9 milhões, totalizando, nesses três dias, R\$ 760,8 milhões liberados. No topo da lista dos agraciados estão os estados do Acre, Minas Gerais e Piauí. Para eles foram destinados R\$ 432,9 milhões, o equivalente a 56% do total liberado. Fonte: O Globo

Mourão evita embate com STF por decisão de Barroso: 'só gera atrito'. O vice-presidente Hamilton Mourão evitou nesta segunda-feira criticar a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de determinar a implementação do passaporte de vacina como exigência para entrar no Brasil. Mourão disse que “decisão judicial não se comenta” e que discutir se houve interferência de Barroso na questão “só gera atrito”. “Decisão judicial não se comenta, né? Se cumpre” disse Mourão, ao chegar no Palácio do Planalto. No sábado, Barroso determinou que o governo exija um comprovante de vacinação para permitir a entrada no país. O presidente Jair Bolsonaro, que é contrário a exigência, não comentou a decisão, feita em um momento em que a trégua entre o presidente STF dá sinais de fadiga. Fonte: O Globo

Covid-19

Maioria dos brasileiros apoia exigência de vacinação para trabalhadores. Enquanto o governo federal e estaduais se dividem sobre a obrigatoriedade ou não da apresentação do passaporte sanitário em eventos sociais e até para estrangeiros, a maioria da população apoia as medidas de segurança sanitária contra a covid-19 quando o tema é o ambiente de trabalho. Pesquisa realizada pela Ipsos para o Fórum Econômico Mundial mostra que 88% dos entrevistados no Brasil apontam que os empregados devem ser obrigados a receber as duas doses da vacina. Entre os 33 países pesquisados, o Brasil tem o oitavo maior índice de aprovação à medida. China (97%), Cingapura (93%) e Malásia (93%) lideram o ranking de aprovação. No lado oposto estão Hungria (46%), Rússia (52%) e Polônia (59%), com as menores taxas de aprovação. A média global é 78%. A maioria dos brasileiros também concorda que as empresas devem exigir que as pessoas não vacinadas passem por testes frequentemente (80%) e que os funcionários devem usar máscara em áreas comuns e quando estiverem próximos a outras pessoas (89%). Fonte: Valor Econômico

Comissão aprova projeto que suspende pagamento de tributos para quem não demitir durante pandemia. A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que suspende o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais de empresas que não promovam demissões durante a pandemia de Covid-19. O texto exclui casos de demissão por justa causa e inclui parcelamentos de dívidas tributárias. O Projeto de Lei 950/20, do ex-deputado JHC, foi aprovado na forma de um substitutivo da relatora, deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC). “A pandemia de Covid-19, ainda em 2021, continua a afetar a saúde”, observou Carmen Zanotto. “As dificuldades econômicas decorrentes da pandemia também persistem. Assim, ainda faz sentido considerar as medidas de proteção aos contribuintes sugeridas pela proposição”. Fonte: Agência Câmara

Último Foco

MEC promove evento de lançamento do aplicativo Clique Escola 2.0. O Ministério da Educação (MEC) promoveu, na quarta-feira (9), o evento de lançamento da versão 2.0 do aplicativo educacional gratuito Clique Escola. A nova versão, que já está disponível para download, apresenta dados atualizados e funcionalidades inéditas. Agora, a plataforma oferece uma oportunidade de interação entre os diretores escolares de todo o Brasil e um espaço para divulgação de projetos escolares. O evento contou com a presença do secretário de Educação Básica do MEC, Mauro Rabelo, e do coordenador-geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica, José Roberto Ribeiro. “Estamos usufruindo das possibilidades que a tecnologia nos oferece para incentivar acesso à informação e participação popular na constante evolução da educação brasileira. Além da transparência e do controle social, queremos promover uma forte interação entre a comunidade escolar e entre os cidadãos e a escola.”, disse o secretário Mauro durante a abertura do evento. Fonte: ASCOM MEC

GAPE: primeiros resultados saem em até 60 dias, diz Vicente Aquino. O GAPE (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas) já terá os primeiros resultados de seu levantamento sobre a conectividade em escolas dentro de 30, no máximo 60 dias. Foi o que disse o conselheiro da Anatel Vicente Aquino nos bastidores do Encontro Nacional Abrint, na, sexta, 10. “A elaboração dos projetos do GAPE será feita após esse diagnóstico”, falou Vicente Aquino. O GAPE (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas) vai detectar quais escolas do Brasil não têm conectividade e tentar levar conectividade a elas. Também verificar, nas escolas que já têm, se aquela conectividade atende os padrões do MEC de velocidade e atendimento à pedagogia. Fonte: Tele Síntese

Comissão aprova prioridade de financiamento para startups do agro. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que dá acesso preferencial aos financiamentos do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) às ferramentas tecnológicas desenvolvidas por startups voltadas ao agronegócio. Mantido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Inovagro concede financiamento para a incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais, com foco no aumento da produtividade e melhoria da gestão. O texto aprovado é o Projeto de Lei 3078/21, do deputado José Mário Schreiner (DEM-GO). A relatora, deputada Mara Rocha (PSDB-AC), deu parecer favorável à matéria. Fonte: Canal Rural

BC divulga calendário do open banking com novos serviços em março de 2022. O Banco Central divulgou na sexta-feira (10) o calendário para a implementação do open banking, o sistema aberto que permite o compartilhamento de dados dos clientes com diferentes instituições financeiras. O cronograma inclui a previsão para funcionar o compartilhamento de dados abertos de operações de câmbio, serviços de credenciamento, contas de depósito à prazo e outros produtos com natureza de investimento, seguros previdência complementar aberta e capitalização. Fonte: Poder 360

MEC publica portaria que amplia prazo para as instituições emissoras de diploma implementarem o Diploma Digital. O Ministério da Educação (MEC) publicou na quinta-feira, 9, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 1.001, que altera duas outras portarias sobre o Diploma Digital. Com isso, as instituições de ensino superior com prerrogativa apenas para emissão de diploma ganham mais prazo, até 4 de abril de 2022, para implementar o Diploma Digital. Já para as instituições de ensino superior com prerrogativa para registro de diploma, o prazo para implementação do Diploma Digital não mudou, continua sendo até 31 de dezembro de 2021. Fonte: ASCOM MEC

Casa Civil e MEC se reúnem para analisar os primeiros resultados do programa Brasil na Escola. Técnicos do Ministério da Educação se reuniram com Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil na terça-feira (7) para apresentar os resultados dos primeiros meses do Programa Brasil na Escola, ação do Governo Federal voltada para os estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental com o propósito de reduzir a evasão escolar nas séries finais. Desde sua implantação, em março de 2021, o programa já beneficiou 6.523 escolas que conseguiram manter 891.669 alunos matriculadas. Para tanto, foram investidos R\$198 milhões em recursos federais. As escolas aderidas apresentam indicadores menores ou igual a 3.3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao menos 70% dos alunos matriculados são beneficiários de programas de transferência de renda do governo federal, como o Auxílio Brasil. Fonte: ASCOM Casa Civil

Presidente da Capes nega crise depois de 114 renúncias no órgão: “Insurgências”. A presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Cláudia Mansani Queda de Toledo, negou que a renúncia de 114 pesquisadores do órgão seja uma crise. Segundo ela, esse é um “momento de reflexão e de enfrentamento”. “As renúncias são insurgências em prol da avaliação, não uma crise”, afirmou à Folha de S.Paulo, em entrevista publicada na 2ª feira (13). “A avaliação é um procedimento complexo, e a responsabilidade dos 49 coordenadores, dos quais 4 renunciaram, é muito grande.” Fonte: Poder 360

Projetos e ações estratégicas de CT&I são temas de reunião entre Casa Civil e MCTI. A Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM/CC) reuniu-se na sexta-feira (10), com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) com o objetivo de detalhar os projetos e as ações estratégicas do órgão para o próximo ano. Os assuntos mais relevantes do encontro foram a recém-criada plataforma eletrônica “InvestMCTI” e os novos instrumentos de financiamento das atividades de CT&I no País. Em relação à nova plataforma “InvestMCTI”, os técnicos do MCTI esclareceram que a finalidade é atrair investimentos externos para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. A plataforma já conta com mais de 260 projetos desenvolvidos nas instituições vinculadas ao ministério e traz informações sobre as ferramentas financeiras disponíveis para investimento em pesquisa previstos no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovações. O site também aponta áreas com potencial de crescimento no Brasil, como energia, agricultura e biodiversidade. Fonte: ASCOM Casa Civil

Empresas de tecnologia sofrem “apagão de mão obra” no Brasil. Mesmo com a aceleração da transformação digital na pandemia, o Brasil enfrenta falta de trabalhadores qualificados no setor de tecnologia da informação. A análise é do presidente da Assespro (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação), Italo Nogueira, 46 anos, que alerta para o risco de um “apagão de mão de obra”. O setor de tecnologia da informação paga 3 vezes mais que a média do mercado e tem 100 mil postos de trabalho abertos no país hoje. Porém, faltam trabalhadores qualificados para ocupá-los, mesmo com o desemprego elevado. A expectativa da Assespro é de que 500 mil vagas sejam abertas até 2024. Por isso, Italo Nogueira cobra empenho do governo e das empresas na formação dos jovens. Fonte: Poder 360

Novo presidente do TRE-RJ toma posse com discurso de defesa das urnas eletrônicas e combate às milícias. Com discurso de combate às milícias e a defesa das urnas eletrônicas para 2022, o novo presidente

do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, foi empossado na tarde de sexta-feira, em cerimônia no Tribunal de Justiça do estado. Elton Leme substituiu Cláudio Dell'Orto, que assumiu a cadeira da presidência em março deste ano. Na mesma comemoração, o desembargador João Ziraldo Maia tomou posse como vice-presidente da Corte. O mandato é de dois anos. Fonte: O Globo

Facebook e Instagram exibem a partir de sexta selo informativo em postagens sobre eleições no Brasil.

A Meta, empresa controladora do Facebook e Instagram, passou a exibir a partir de sexta-feira um rótulo em postagens sobre eleições brasileiras nas duas redes sociais. O selo conta com um link para uma página da Justiça Eleitoral com informações oficiais sobre o sistema de votação e artigos rebatendo desinformação sobre o processo eleitoral. Segundo a empresa, que tem trabalhado em conjunto com a Justiça Eleitoral, a iniciativa faz parte de um pacote de ações para "garantir a integridade da eleição brasileira em 2022". Em comunicado enviado à imprensa, a Meta informou que atua para limitar a disseminação de mensagens falsas e que, nas eleições municipais de 2020, suas políticas reduziram conteúdos de supressão de votos. "Removemos mais de 140 mil peças de conteúdo do Facebook e do Instagram no Brasil pela violação de nossas políticas de interferência na votação antes do primeiro turno da eleição, e cerca de 3 milhões de pessoas com mais de 16 anos elegíveis ao voto no país clicaram para ver mais informações sobre a eleição nos dias que antecederam a votação", ressaltou a dona do Facebook, Instagram e WhatsApp. Fonte: O Globo

Desmonetização impede repasse de R\$ 1,2 milhão a perfis investigados por fake news sobre eleições.

Os perfis bolsonaristas nas redes sociais, desmonetizados por decisão do então corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luis Felipe Salomão, movimentaram R\$ 1,2 milhão em receitas com publicidade desde o bloqueio, em agosto. O montante que seria pago pelas redes sociais (YouTube, Twitch.TV, Twitter, Instagram e Facebook) a esses canais, páginas e sites foi depositado em uma conta judicial, na qual permanecerão até o fim das investigações. Fonte: O Globo

Ministério da Saúde sofre nova tentativa de ataque hacker. Técnicos do governo detectaram na madrugada da segunda-feira (13) nova tentativa de acesso de hackers ao sistema do Ministério da Saúde. As redes de telefone e internet foram desligadas, bem como o sistema de trabalho da pasta. A medida foi uma tentativa de impedir novos acessos aos dados. A reação do governo ocorre após os hackers terem conseguido apagar informações da plataforma do ConecteSUS, na madrugada de sexta-feira (10). Exatamente no momento em que se discute a exigência de passaporte de vacina por conta dos riscos de contaminação pela variante Ômicron do coronavírus. Os dados perdidos foram recuperados. Fonte: Congresso em Foco

Toffoli, Gilmar e Nunes votam por reduzir ICMS de telecom apenas em 2024. Após o pedido de vista de Gilmar Mendes, o ministro relator do Recurso Extraordinário que reduz o ICMS das telecomunicações e da eletricidade, Dias Toffoli, modificou o voto original para incluir a modulação da decisão anterior do Supremo Tribunal Federal para 2024. Desta forma, o ministro acata o pedido das secretarias da fazenda estaduais (Comsefaz) por implantar a redução da alíquota do recolhimento seria adiada para o primeiro exercício financeiro do próximo plano plurianual (PPA) de cada estado da federação. A matéria tinha sido retomada ao plenário virtual do STF na semana passada, e o novo voto de Toffoli foi deferido na sexta-feira, 10. No mesmo dia, Gilmar Mendes acompanhou o relator. E na segunda-feira, 13, o ministro Nunes Marques também votou acompanhando a proposta de modulação apenas em 2024. Fonte: TeleTime

Anatel aprova regimento e escolhe composição do Gaispi. Em reunião na tarde da sexta-feira, 10, a Anatel aprovou o regimento do Gaispi (Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz), que detalha o funcionamento do grupo e nomeia oficialmente seus integrantes. O grupo estabeleceu que a presidência e a secretaria-executiva ficarão a cargo da Anatel, respectivamente com o conselheiro Moisés Moreira e o superintendente de outorga e recursos à prestação, Vinicius Caram. Também foram escolhidos representantes do Ministério das Comunicações (o secretário de radiodifusão Maximiliano Salvadori Martinhão, e o diretor de outorga e pós-outorga William Ivo Koshevnikoff Zambelli). Fonte: TeleTime

Discussão sobre assimetria com provedores regionais ficou no passado, afirma Abrint. Para os provedores regionais reunidos na Abrint, a discussão a assimetria regulatória entre provedores regionais e as grandes empresas de telecom não deve ser reaberta, cabendo apenas ajustes pontuais ao modelo de regras

mais brandas para os ISPs. "Discutir assimetria regulatória é algo que já ficou no passado", afirmou ao TELETIME a conselheira da Abrint, Cristiane Sanches. "Hoje o modelo é consolidado no Brasil, com inclusão e expansão de redes baseadas na abordagem. O Brasil é hoje exemplo para o mundo sobre o tema". Para a dirigente, o que é passível de discussão são questões pontuais. "Questões de qualidade ou segurança podem ser postas para alguma operadora que atingiu porte diferenciado. Mas isso não prejudica em nada a assimetria", apontou Sanches. Fonte: TeleTime

5G possibilitará convergência entre diferentes setores, diz ABOTTs. A chegada do 5G trará impactos importantes no mercado de games, streaming e produção ao vivo, mudando a forma como o entretenimento será consumido, distribuído e produzido. Alexandre Britto, presidente da ABOTTs, explica: "A gente enxerga três verticais – produção de conteúdo, distribuição e consumo. Agora, finalmente, teremos a oportunidade de chegar em uma convergência entre elas, com o consumidor falando diretamente com o produtos. Serão muitas as possibilidades e o 5G é muito promissor nesse sentido. Talvez não seja tão disruptivo assim. Depende de como vamos usar essas aplicações. Mas certamente traz oportunidades para novos modelos de negócio, como já temos visto com, por exemplo, produtores de conteúdo passando para o *direct to consumer*. Será uma balança forte no modelo de TV tradicional". Fonte: TeleTime

Avança na Câmara PL que libera Fust para garantir acesso gratuito à Internet em órgãos públicos. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 8, o Projeto de Lei 4229/20, que torna obrigatória, nas repartições públicas, a oferta de internet gratuita aos cidadãos em atendimento. O projeto aprovado garante recursos do Fust para a iniciativa. O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado ainda pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), onde agora aguarda relator; de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A medida valerá para todas as esferas de governo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e ainda para empresas públicas prestadoras de serviços públicos. De autoria do deputado Aroldo Martins (Republicanos-PR), o texto teve parecer favorável do relator, deputado Ted Conti (PSB-ES). Fonte: TeleTime

Comissão de orçamento aprova previsão de R\$ 64,6 mi para inclusão digital em 2022. A Comissão Mista de Orçamento aprovou na quinta-feira, 10, o relatório setorial de ciência e tecnologia do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), destinando R\$ 64,6 milhões em emendas para o Ministério das Comunicações no projeto de lei orçamentária para o ano que vem, PLN 19/2021. A CMO deve votar o relatório geral no próximo dia 17, e os relatórios setoriais podem ser incorporados ou não pelo relator geral, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ). No mesmo dia, o texto deve seguir para o Plenário do Congresso Nacional. Ao ser aprovado, o projeto deve ser enviado ao Palácio do Planalto até o dia 22. O valor destinado ao MCom vai integralmente para o programa Conecta Brasil. No entanto, R\$ 30 milhões desses recursos foram remanejados com o cancelamento de infraestrutura para inclusão digital (R\$ 25,4 milhões) e desenvolvimento de satélite geoestacionário da Telebras – SGDC (R\$ 4,6 milhões). Fonte: TeleTime

Entidades defendem federalização legislativa da inteligência artificial. A ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software assina junto com outras entidades do setor – Abinee, Abria, Abpti, Câmara e.net, IPD Eletron, i2Ai, Lawgorithm, MBC e Zetta -, além da Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial e da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, uma Carta Aberta em defesa da federalização legislativa da Inteligência Artificial. Segundo o grupo, é importante que as orientações sejam construídas no âmbito federal, permitindo que diferentes regiões desenvolvam soluções de IA de forma isonômica e integrada. Dessa forma, será possível incentivar o fomento à inovação e atração de investimentos, garantindo segurança jurídica e regras únicas para todo o território nacional. Fonte: TI Inside

Governo diz que PPPs vão forçar antecipação do 5G. O ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou na sexta, 10/12, ao participar Evento Nacional Abrint 2021, que os provedores regionais que participaram do leilão do 5G vão acelerar a implantação da nova tecnologia e como consequência obrigarão as grandes operadoras a também antecipar metas. "Os provedores regionais vão provavelmente colocar de uma vez só todas as obrigações. As outras três empresas, Claro, Vivo e TIM, vão ter que fazer isso também. Teremos o 5G em várias cidades muito mais rápido do que imaginávamos", disse Faria. Ele usou como exemplo a promessa da cearense Brisanet, que adquiriu lotes regionais do 5G para oferecer o serviço no Nordeste e no Centro Oeste, de que vai instalar ainda em 2022 muito mais antenas do que a meta estipulada no edital para o primeiro ano da nova tecnologia. Fonte: ABRANET

Grupo de Trabalho do 5G entra em ação, mas cobra definição da EAF. Teve início na sexta, 10/12, o trabalho efetivo de preparação para o 5G no Brasil, com a primeira reunião do grupo formado por Anatel, governo, operadoras e radiodifusores que vai coordenar a implantação da nova geração tecnológica e diversas obrigações associadas previstas no leilão. “Começamos com pé direito. Já demos posse aos membros, aprovamos um regimento interno e definimos os coordenadores dos grupos técnicos. De nossa parte estamos acelerando o processo e, agora, precisamos da constituição da EAF”, disse o conselheiro da Anatel, Moisés Moreira, que preside o GAISPI. Esse é o Grupo de Acompanhamento da Implantação das Soluções para os Problemas de Interferência na faixa de 3.625 a 3.700 MHz, que tem a missão de supervisionar várias das obrigações impostas pelo leilão do 5G, como a migração da recepção das antenas parabólicas para a banda Ku, o que vai exigir a distribuição de kits para famílias mais pobres; a ‘limpeza’ da fatia do espectro que atualmente é usada para essa transmissão via satélite; bem como a implantação da rede de fibras subfluviais na Amazônia e da rede privativa de comunicações do governo federal. Fonte: Convergência Digital

eSocial: Empresas do Simples Nacional pedem e governo adia histórico de trabalho. O governo federal vai adiar a implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) eletrônico para o mês de janeiro de 2023. Dessa forma, o Ministério do Trabalho e Previdência informa que publicará, ainda este ano, uma alteração na Portaria MTP nº. 313, de 22 setembro de 2021. O Perfil Profissiográfico Previdenciário é o histórico do trabalhador que reúne, entre outras informações, dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa. O adiamento tem como objetivo atender pleitos das empresas, em especial as optantes pelo Simples Nacional, as quais ainda estão em fase de adaptação ao eSocial, no que diz respeito aos eventos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Fonte: Convergência Digital

CVM avança na regulação e em inovação, diz Barbosa. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem conseguido avançar em pontos importantes como a modernização da regulação e em áreas como inovação e tecnologia. A avaliação é do presidente da autarquia, Marcelo Barbosa, que caminha para a reta final de seu mandato, com encerramento previsto em julho de 2022. “Acho que nós conseguimos avançar em pontos importantes. O primeiro é a modernização da regulação”, disse, ao participar do II Congresso do Direito das Sociedades e dos Valores Mobiliários. Entre as mudanças que vêm sendo realizadas pelo regulador, Barbosa citou a renovação do regime de ofertas públicas, atualmente em curso. A autarquia já lançou uma audiência pública para discutir suas propostas com o mercado e uma nova regra deve ser editada em 2022. O tema está entre as prioridades da recém-divulgada agenda regulatória da CVM para o próximo ano. “O regime de ofertas há muito tempo demandava atualização”, afirmou. Fonte: Valor Econômico

18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia bate recorde de público em Brasília. A 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) encerrou na sexta-feira (10) com um recorde de público. Cerca de 80 mil pessoas estiveram entre os dias 3 e 10 de dezembro no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília, para conhecer o que há de mais moderno na produção científica brasileira. Deste total, cerca de 16 mil estudantes, principal público da SNCT, passaram pelos 100 estandes onde unidades de pesquisa, autarquias e organizações vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, além de órgãos do Governo Federal, empresas privadas e patrocinadores apresentavam seus projetos e pesquisas. Os visitantes ainda tiveram a oportunidade de conhecer cientistas renomados do país e participarem de mais de 140 palestras e seminários, além de mais de 70 oficinas capacitadoras em diversos segmentos. A secretária de Articulação e Promoção da Ciência do MCTI, Christiane Corrêa, agradeceu a participação do público e destacou que a 19ª SNCT já está em construção pela pasta. “Obrigado ministro astronauta Marcos Pontes e senhor presidente Jair Messias Bolsonaro pela oportunidade de deixar esse legado ao país. Em 2022 estaremos novamente celebrando a semana nacional sobre o tema: Bicentenário da Independência, 200 anos da ciência, tecnologia e inovação no país. Portanto sintam-se desde já convidados a se juntar ao MCTI e ajudar a divulgar a ciência brasileira”. Fonte: ASCOM MCTI

ISPs aceleram movimento de consolidação e iniciam a separação estrutural. Os ISPs aceleram o movimento de consolidação entre eles próprios e iniciam um novo movimento que irá culminar com uma espontânea separação estrutural – com a desagregação das redes e da base de clientes – como respostas para as transformações do mercado brasileiro retratadas com o ingresso em fundos de *privety equity* e a implementação da tecnologia móvel 5G, que vai consumir muita fibra óptica e banda larga. Essa pode ser a tradução da

movimentação vivenciada na Abrint 2021, evento que reuniu em São Paulo, mais de 7,5 mil executivos ao longo dos últimos três dias. Fonte: Tele Síntese

Saem indicações para diretor e ouvidor da Ancine. O presidente da República, Jair Bolsonaro, publicou, na sexta-feira, 10, duas indicações para a Agência Nacional do Cinema (Ancine). O Departamento de Políticas Audiovisuais da Secretaria Nacional do Audiovisual da agência, Hélio Ferraz de Oliveira, caso aprovado no Senado, vai ocupar uma vaga na diretoria do órgão, mas só a partir de junho de 2022. Isso porque, é quando acaba o mandato de Andrea Paes Leme, que pediu exoneração do cargo com poucos meses de mandato. Fonte: Tele Síntese

Lançada a segunda fase da plataforma para negociar ativos de PI. O INPI lançou, no dia 10 de dezembro, em Florianópolis (SC), a segunda fase de sua Vitrine de PI, uma plataforma gratuita para anunciar e encontrar ativos de Propriedade Industrial. O objetivo é estimular a negociação desses ativos, gerando receitas para seus detentores e oportunidades para investidores, além de fomentar a realização de parcerias para inovação. Fonte: ASCOM INPI

BNDES, XP Asset, One7 e Acqio oferecerão R\$ 400 milhões em crédito a MPMEs. O Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fará aporte de até R\$ 320 milhões em mais um fundo que ofertará crédito para micro e pequenas empresas: o FIC FIDC XP Brasil MPME, lançado em parceria pela XP Asset, a One7 e a Acqio. O fundo, que terá um patrimônio consolidado de R\$ 400 milhões, possui a previsão de beneficiar empresas localizadas principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste do país. O objetivo é oferecer capital na ponta para empresas que carecem de crédito e ainda sofrem os efeitos decorrentes da pandemia de covid-19. Trata-se do primeiro produto da XP Asset em parceria com o BNDES. Além do aporte do BNDES, R\$ 60 milhões virão de fundos geridos pela XP Asset e R\$ 20 milhões da One7, empresa atuante no segmento de MPMEs. O Fundo terá prazo total de seis anos. Fonte: BNDES